

Projeto SURICATO: uma experiência de inovação social entre a loucura e o trabalho

WILSON DOMINGOS MINGOTE JUNIOR
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

MARIA ELIZABETH ANTUNES LIMA

Projeto SURICATO: uma experiência de inovação social entre a loucura e o trabalho

1. INTRODUÇÃO

A inovação social é um campo de estudos cada vez mais pesquisado por investigadores de várias áreas do conhecimento, o que revela seu caráter interdisciplinar (OLIVEIRA; LIMA, 2016). Podemos entender uma experiência socialmente inovadora como “(...) o resultado do conhecimento aplicado às necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral” (BIGNETTI, 2011, p. 4). Pode-se dizer que este tipo de experiência integra a inclusão e a cooperação, a fim de obter transformações sociais e criar novos significados, desempenhando um importante papel na oferta de novas oportunidades e na geração de respostas e benefícios que atendam a necessidades específicas da sociedade (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016).

Neste artigo será relatado o resultado de uma pesquisa realizada em uma associação de trabalho baseada na economia solidária, sediada em Belo Horizonte/MG, cuja finalidade é a inserção social de pessoas portadoras de transtornos mentais pela via do trabalho. Essa experiência será tratada sob a perspectiva da inovação social.

O estigma da loucura é a marca social que carrega aquele que sofre de transtornos psiquiátricos e é tido como “diferente” sob os padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade. O chamado “louco” é tratado como se não tivesse vontade própria, sendo, portanto, incapaz de decidir sobre sua própria vida (BUSSINGUER; ARANTES, 2016). Tal estigma não desapareceu completamente, permanecendo, ao longo dos tempos, na forma de exclusão social desses indivíduos, que passam a viver à margem da sociedade dita “normal” (FOUCAULT, 1972), ficando impedidos de exercer atividades rotineiras como estudar, trabalhar ou mesmo se divertir. Ao serem tratados como objetos e como incapazes de participar ou mesmo opinar sobre o próprio tratamento, eles passam a não mais se reconhecerem como seres humanos, tendo sua autoestima profundamente afetada, o que pode agravar seu quadro (BUSSINGUER; ARANTES, 2016). Assim, a exclusão dessas pessoas se perpetuou no tempo, de tal maneira que, ainda nos dias atuais, os cuidados se fazem pela rotulação e pelo tratamento dos sintomas à base de medicamentos, o que resulta no seu afastamento do convívio social e do mercado de trabalho (RESENDE, 2007, p. 37).

No entanto, algumas experiências inovadoras têm surgido nesse campo, como será exposto a seguir por meio de um estudo realizado em uma associação cuja origem e desenvolvimento vão no sentido oposto a essa concepção que ainda prevalece a respeito da loucura.

A seguinte questão norteou a pesquisa: como uma organização socialmente inovadora impacta as relações de indivíduos acometidos por transtornos mentais com o seu trabalho e qual a percepção desses indivíduos acerca do impacto do exercício profissional sobre sua subjetividade?

Portanto, o estudo teve por objetivo maior descrever e analisar como se dá a relação de indivíduos portadores de transtornos mentais com o trabalho que realizam em uma associação de caráter inovador, sediada em Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil).

2. A HISTÓRIA DA SURICATO

A SURICATO é uma experiência inovadora que emergiu no contexto da reforma psiquiátrica com a ideia de construir e consolidar um projeto de inclusão pelo trabalho para indivíduos portadores de sofrimento mental grave. Foi inaugurada em 2004, como um dos resultados das práticas associadas à rede de serviços substitutivos, a partir das oficinas realizadas em um centro de convivência em Belo Horizonte (MG). Nascia naquele momento uma ideia que, mais tarde, seria acolhida pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental e que consistia na oferta de cursos de qualificação profissional com vistas à preparação desses indivíduos para o trabalho. A perspectiva era a de produzir uma metodologia de estruturação de um empreendimento norteado pelos princípios da autogestão e da economia solidária, tendo como foco o protagonismo dos usuários (OTONI; ZACHEE; SOARES, 2008). O próprio nome foi escolhido inspirado em um mamífero africano que, para sobreviver às intempéries das savanas, se une a outros da mesma espécie, de modo a se protegerem.

Segundo a terapeuta ocupacional que acompanha a associação, desde seu início, o projeto surgiu em um cenário de discussões sobre os rumos do tratamento em saúde mental em Belo Horizonte, no período posterior à reforma psiquiátrica, a partir de uma demanda apresentada pelos movimentos sociais da época. Havia a necessidade de qualificar profissionalmente os usuários e quem ofereceu uma resposta foi o movimento social da rede antimanicomial do Fórum Mineiro de Saúde Mental.

Portanto, a associação foi criada com o objetivo de gerar trabalho e renda para esses indivíduos, além de ser orientada pela premissa do trabalho enquanto um valor social, desde que seja organizado dentro do respeito às características e necessidades de cada um (OTONI; ZACHEE; SOARES, 2008). Tendo em vista a necessidade de abarcar as habilidades dos associados, os fundadores estruturaram a SURICATO em torno de quatro núcleos de produção: culinária, artesanato, marcenaria e mosaico. Os núcleos de mosaico e a marcenaria produzem peças em madeira decoradas (porta-copos, caixas decoradas, compartimentos em madeira, etc.); o de costura produz peças para vestuário em bordado, aventais, peças para cama e mesa, etc.; e o de culinária produz salgados e doces por encomenda, além de disponibilizar um cardápio para o bar que funciona durante os fins de semana no espaço cultural. Na sede da associação foi instalada uma pequena loja para vendas dos materiais produzidos nos núcleos de costura, madeira e mosaico e o bar oferece sempre uma agenda de apresentações de artistas locais.

A gestão da SURICATO é feita por meio de uma coordenação colegiada composta por representações de cinco comissões específicas: comissão de comunicação; comissão de cuidado e saúde no trabalho; comissão de formação e avaliação da qualidade técnica; comissão de ética; e comissão de finanças. O colegiado e as comissões são eleitos a cada quatro anos através do voto dos associados que elegem seus representantes. O processo é acompanhado pela terapeuta ocupacional que tem o papel de supervisionar as atividades dos grupos de trabalho, oferecendo orientações sobre os processos administrativos, bem como organizando as reuniões e garantindo a participação ativa de todos os associados que compõem o colegiado e as comissões (OTONI; ZACHEE; SOARES, 2008).

Todos os associados passaram pelo Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) e por centros de convivência, tendo sido encaminhados para a associação quando manifestaram o desejo de realizar algum tipo de trabalho. A entrada de novos membros se dá de maneira informal, sendo baseada em entrevistas com a terapeuta ocupacional que tenta identificar, sobretudo, o desejo real do indivíduo em fazer parte do projeto. Uma vez aceito, este é alocado no núcleo com o qual se identificou mais, havendo sempre a possibilidade de migração para outros, caso haja vaga e interesse por parte do novo associado. De acordo com a terapeuta

ocupacional, não há qualquer preocupação com o diagnóstico que cada um recebeu antes de chegar à associação, já que esta não se constitui em um local de tratamento e sim em um espaço de trabalho. Apesar disso, conforme veremos mais adiante, trabalhar na SURICATO pode ter um efeito terapêutico na vida desses indivíduos.

A associação é praticamente autônoma, existindo apenas um vínculo de dependência financeira com a prefeitura de Belo Horizonte, que paga o aluguel da sede e oferece suporte técnico, uma vez que a terapeuta ocupacional, que acompanha o processo, é parte do seu corpo de funcionários. Isto impacta a gestão do projeto, devido à incerteza de continuar contando com esse subsídio. Além disso, foi constatado outro aspecto que fragiliza a proposta e que consiste no conflito observado entre os associados fundadores e os novatos. Ou seja, nem sempre os fundadores percebem os recém-chegados à associação como capazes de entender os princípios que a norteiam, desde sua criação. Tal dificuldade é bastante comum nesse tipo de experiência, uma vez que o envolvimento na idealização e planejamento do projeto coloca o fundador em um lugar diferenciado em relação aos que chegam depois. Estudos como o de Lima (1996) e Norbert Elias e John Scotson (2000) também constataram conflitos entre fundadores e novatos, sugerindo que os recém-chegados encontram um espaço já constituído e têm dificuldade em perceber o local da mesma maneira que aqueles que participaram de todo o processo de criação.

3. A INOVAÇÃO SOCIAL

Por ser uma área emergente de estudos, ainda não existe consenso entre os teóricos a respeito da definição de inovação social, mas pode-se dizer que essa disciplina se situa na fronteira entre as ciências sociais puras e as ciências sociais aplicadas, tendo um caráter eminentemente político (BIGNETTI, 2011).

As experiências socialmente inovadoras não excluem a possibilidade de se apoiar em novas tecnologias, nem tampouco nas relações de mercado, porém o objetivo de satisfazer as necessidades humanas deve se sobrepôr às finalidades estritamente mercantis (ANDRÉ; ABREU, 2006). Assim, de forma resumida, trata-se do resultado de um conhecimento aplicado às necessidades sociais, pela participação e cooperação dos atores envolvidos, culminando em soluções novas e duradouras (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; SOUZA; FILHO, 2014; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016).

De forma resumida, a inovação social pode ser entendida como os esforços desenvolvidos por grupos sociais visando responder às necessidades legitimamente expressas pelas pessoas. É nessa direção que aponta Bignetti (2011), ao afirmar que trata-se do resultado do conhecimento aplicado às necessidades sociais pela participação e cooperação de todos os atores envolvidos, o que culmina em soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou mesmo para a sociedade em geral. Phills, Deiglmeier e Miller (2008) afirmam que:

A vantagem de examinar a busca de mudanças sociais positivas através de uma lente de inovação é que esta lente é agnóstica sobre as fontes de valor social. Ao contrário do termo empreendimento social, a inovação social transcende setores, níveis de análise e métodos para descobrir os processos – estratégias, táticas e teorias da mudança – que produzem impacto duradouro. A inovação social pode, de fato, envolver a procura e o treinamento de mais empreendedores sociais. E pode implicar apoiar as organizações e empresas que criam. Mas, certamente exigirá compreensão e promoção das condições que produzem soluções para problemas sociais (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008, p. 40).

Já Correia, Oliveira e Gomez (2016) definem inovação social como a inclusão, a capacitação e a cooperação entre os atores envolvidos, com o objetivo de se promover transformações e criar novos significados. Desta forma, ela desempenha um papel importante por apontar oportunidades suscetíveis de trazer respostas a necessidades sociais específicas.

Dito de outra forma, trata-se de um processo iniciado por atores que tentam responder a uma aspiração da sociedade, atender a uma necessidade, oferecer uma solução ou mesmo aproveitar uma oportunidade no sentido de proporcionar mudança nas relações sociais, transformando, desta maneira, um cenário para a melhoria das condições de vida da comunidade (SOUZA; FILHO, 2014).

Embora o conceito de inovação social não tenha sido estabelecido de forma consensual, três aspectos comuns podem ser extraídos das concepções expostas pelos diversos teóricos que se debruçaram sobre o assunto: a participação coletiva, a transformação social e a resolução de problemas. O termo vem sendo utilizado em algumas áreas das Ciências Sociais com a intenção de fazer referência a mudanças que visem à satisfação de necessidades até então não supridas pelos sistemas públicos ou organizacionais privados. Nesse sentido, trata-se de uma inovação, na maioria das vezes, desenvolvida por atores da sociedade civil, que agem de forma autônoma ou em parceria com o poder público. Estes atores podem ser grupos comunitários, movimentos sociais ou empreendedores sociais que, por seu vínculo local, conseguem superar barreiras, geralmente consideradas intransponíveis por meio de arranjos institucionais estabelecidos (SILVA; BIGNETTI, 2012, p. 2).

3.1 Dimensões da Inovação Social

Na tentativa de identificar ou até mesmo de reconhecer um projeto como inovação social, Harrison, Klein e Browne (2010) propõem três possíveis dimensões que compõem esse tipo de projeto: (a) resposta a uma demanda específica; (b) governança do projeto; (c) transformação da democracia representativa e governança democrática das instituições. A resposta a uma demanda específica diz respeito ao processo de inovação propriamente dito que, neste caso, não pode ser isolado do produto da inovação ou mesmo da forma como foi organizada. Essa dimensão relaciona-se à resolução de um problema latente na sociedade e que encontra sua resposta no projeto de inovação social (HARRISON, KLEIN E BROWNE, 2010). A governança da inovação social busca identificar as condições para que esta aconteça, verificando os diferentes atores envolvidos, a capacidade de sustentação e disseminação da inovação e os mecanismos de gestão dos novos serviços ou produtos que foram desenvolvidos pelo projeto (HARRISON, KLEIN E BROWNE, 2010). A transformação da democracia representativa e a governança democrática das instituições envolvem o caráter normativo da inovação, identificando se esta consolida novos espaços democráticos, e se propõe uma intervenção alternativa àquela realizada pelo setor privado e pelo setor público (HARRISON, KLEIN E BROWNE, 2010).

Alguns autores propõem diferentes variáveis de análise das inovações sociais, sendo que Buckland e Murillo (2013), por exemplo, afirmam que as variáveis-chaves que podem ser adotadas para analisar essas experiências com maior profundidade, são: (a) impacto e transformação social; (b) colaboração intersetorial; (c) sustentabilidade econômica e viabilidade no longo prazo; (d) tipo de inovação; (e) escalabilidade e replicabilidade. O impacto e a transformação social tratam da análise sobre a eficácia da inovação em resolver um ou mais problemas sociais. A colaboração intersetorial observa o quanto a inovação pode ser considerada híbrida em termos de colaboração entre diferentes setores, sejam eles públicos ou

privados. A sustentabilidade econômica e viabilidade no longo prazo relacionam-se à capacidade de dar continuidade ao projeto. Já os tipos de inovação, seriam: inovação aberta, que é aquela em que os usuários e outras partes interessadas são livres para copiar uma ideia, reaproveitá-la e se adaptar; e inovação fechada, calcada no conceito de propriedade intelectual. Finalmente, estabilidade e replicabilidade referem-se à capacidade de multiplicação da inovação social, visto que muitos dos problemas sociais atuais são globais, necessitando, portanto, soluções que podem ser estendidas a outras cidades, regiões ou mesmo nações (BUCKLAND E MURILLO, 2013).

Já Rollin e Vicent (2007) propuseram quatro fases que compõem o processo de inovação social: (a) emergência; (b) experimentação; (c) apropriação; e (d) difusão/alianças. A fase de emergência concerne ao ponto de partida do projeto e pode ser desmembrada em duas subfases: (1) reunião de conhecimentos, competências e experiências dos atores envolvidos no processo de identificação de um problema, buscando preencher uma necessidade existente na sociedade; e (2) desenvolvimento de uma estratégia inovadora que possa encontrar solução para tal necessidade. Esta estratégia pode ser desenvolvida de três formas: criação ou invenção, adaptação de uma política já existente e transferência de conhecimentos de algum pesquisador. A fase de experimentação ocorre de maneira formal, informal ou de ambas as maneiras, e envolve a aplicação da estratégia desenvolvida na fase de emergência. Na fase de apropriação, a inovação social é disseminada e apropriada por outros contextos, sejam territórios ou organizações. Finalmente, a fase de difusão/alianças é quando ocorre uma passagem em todo o processo de inovação, construindo uma rede de atores e outras alianças (ROLLIN E VICENT, 2007).

Ademais, a inovação social pode ser visualizada a partir das perspectivas macro e micro, sendo que a primeira envolve as mudanças culturais observadas na sociedade e que são atreladas ao que se espera do futuro em termos de relações sociais. Já a perspectiva micro tem o enfoque no modo como os empreendedores sociais se organizam para atender objetivos de melhoria em termos de qualidade de vida do cidadão, podendo também ser observada na associação entre a inovação e o indivíduo que dela participa (BAS E GUILLO, 2015; MAUER E SILVA, 2015). Cajaiba-Santana (2013) afirma também que as inovações sociais se manifestam em mudanças de atitudes, comportamentos e percepções, resultando em novas práticas sociais. Para ele, tais mudanças não ocorrem apenas na interação imediata entre os agentes, mas podem se manifestar na sociedade como um todo.

4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A INCLUSÃO SOCIAL

Economia Solidária pode ser definida como um sistema socioeconômico aberto, baseado em valores como a cooperação e a solidariedade, cujo objetivo é o de atender às necessidades, desejos materiais e de convivência, através de mecanismos de democracia participativa e de autogestão, com vistas à emancipação e ao bem-estar do indivíduo, da comunidade, da sociedade em geral (SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2010).

No contexto brasileiro, foi somente a partir da década de 1980 que se manifestou uma urgência por processos de mudanças em âmbito econômico e social, envolvendo uma participação mais ativa dos trabalhadores. A resposta a tal demanda, fez surgir um conjunto de políticas destinadas a atividades econômicas, organizadas de forma coletiva e denominadas economia solidária (CUNHA, 2008), sendo que, em 2003, o Congresso Nacional criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Desde então, o Estado passou a reconhecer o processo de transformação social provocado pela crise do

trabalho assalariado dos anos 1980, percebendo a economia solidária como um setor capaz de gerar impactos macroeconômicos significativos (SOUZA; GARCIA, 2008).

No cenário da integração social dos indivíduos com transtornos mentais, a economia solidária surgiu como uma resposta à exclusão pelo mercado, advinda da lógica de uma sociedade movida pela competição, da qual emergem derrotados e vitoriosos. Nesse sentido, trata-se de uma opção ética, ideológica e política que se torna prática na medida em que aqueles que aderem a ela se encontram excluídos. Ao se unirem, constroem empreendimentos produtivos, entidades representativas, redes de trocas, dentre outros, que vão ao encontro de uma sociedade baseada na cooperação e no respeito mútuo (BRASIL, 2006).

Assim, buscar novos métodos para se avaliar a efetividade das ações em saúde mental vem do compromisso de deslocar o olhar da doença para a complexidade do viver, isto é, para a “produção de vida, de sociabilidade”, recorrendo a espaços coletivos nos quais “a solidariedade e afetividade se tornarão momentos e objetivos centrais na economia terapêutica”, articulando “materialidade do espaço institucional e potencialidade dos recursos subjetivos” (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 2001, p. 30).

A inclusão pela via do trabalho, dentro dessa perspectiva, surge como uma estratégia articulada pelos movimentos sociais e consagrada pelo governo federal, através da criação de leis para a reabilitação psicossocial de doentes mentais e daqueles que sofrem transtornos decorrentes do uso de álcool e drogas. As Leis nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, e nº 10.216, de abril de 2001, atestam essa iniciativa governamental. A primeira lei dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, com o objetivo da integração daqueles que estão em desvantagem no mercado econômico, e a segunda dispõe sobre a proteção e os direitos dos portadores de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental (SILVA; OLIVEIRA; BERTANI, 2007).

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Realizou-se um estudo qualitativo cuja finalidade principal consistiu em elucidar a relação estabelecida entre indivíduos com transtornos mentais e o seu trabalho, considerando uma proposta inovadora de inclusão dessas pessoas. Para isso, procurou-se entender o fenômeno segundo a perspectiva dos atores sociais, para, em seguida, interpretar os resultados. Assim, ao invés de tratá-los como meros objetos de estudo, houve a preocupação em dar voz a eles, tornando-os ativos no processo de coleta de dados (BAUER; GASKELL, 2002). Utilizando-se o método de estudo de caso, foram descritas e analisadas as relações interpessoais em um ambiente de trabalho baseado na produção solidária, bem como os reflexos dessas relações na existência dos indivíduos pesquisados.

Os sujeitos foram escolhidos de acordo com sua disposição em participar da pesquisa, além de se levar em conta o fato de trabalharem em diferentes setores da SURICATO, uma vez que a natureza do trabalho que executam envolve diferentes habilidades e apresenta impactos distintos.

A pesquisa foi realizada, inicialmente, por meio de uma análise documental, que permitiu a análise de diversos documentos relativos à história da associação. Em seguida, foi feita uma série de observações *in loco*, com a finalidade de familiarizar com a sua dinâmica. Nesta etapa, o pesquisador interagiu com os associados e participou de diversas reuniões do colegiado, a fim de entender o modo de gestão da SURICATO, bem como o processo de tomada de decisões

adotado. Finalmente, foram realizadas entrevistas em profundidade com oito associados e a terapeuta ocupacional. As entrevistas foram semiestruturadas, oferecendo bastante liberdade para os sujeitos se expressarem e permitindo, ao mesmo tempo, a introdução de novas perguntas, sempre que emergiam informações relevantes (STAKE, 2011). Essa etapa teve por objetivo esclarecer a percepção do associado sobre seu ambiente de trabalho, as relações com os colegas e com o público que frequenta o espaço cultural e identificar os reflexos de tudo isso na sua vida pessoal, considerando, sobretudo, seus problemas de saúde. As entrevistas permitiram alcançar dimensões subjetivas importantes, revelando os afetos, os valores e os saberes implicados nas ações e decisões dos sujeitos no seu ambiente laboral. Elas foram realizadas na sede da associação, antes, durante e após a realização das atividades, sendo gravadas e transcritas pelo pesquisador. Sempre que se julgou necessário, foi retomado o contato, visando aprofundar a compreensão de aspectos que ainda estavam pouco claros.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo, tendo sido feito seu agrupamento em categorias ou grupos temáticos para, em seguida, identificar a relação existente entre eles e, desta forma, extrair os aspectos principais concernentes à categoria analisada. As falas foram consideradas nos seus conteúdos manifestos e latentes, levando-se sempre em consideração os lapsos de linguagem, as contradições, as ideias inacabadas, entre outros aspectos (BARDIN, 2009). Algumas foram citadas, literalmente, durante a exposição dos resultados, devido à sua força de ilustração do tema analisado. A análise de conteúdo permitiu uma compreensão ampla e profunda sobre o universo estudado, uma vez que os dados obtidos foram contextualizados e confrontados com a literatura especializada.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O campo deste estudo se revelou, desde o início, como um empreendimento singular que foge à lógica tradicional do mercado de trabalho. A SURICATO emergiu como um espaço de trabalho inovador, no qual os associados exercem sua autonomia e são protagonistas do processo, seja no planejamento, na gestão ou na execução da proposta de trabalho.

Antes de expor os resultados, cabe esclarecer que, no decurso das entrevistas, os participantes não foram questionados acerca do tipo de transtorno mental que são acometidos por duas razões: em primeiro lugar, porque a ideia era a de dar voz e liberdade para que eles se expressassem com naturalidade sem que o diagnóstico se interpusesse no processo; em segundo, pela irrelevância do tipo de transtorno para os objetivos da pesquisa, sendo mais importante a experiência, as percepções e as sensações que compõem o contexto de trabalho estudado.

7.1 O Sentido do Trabalho na SURICATO

O trabalho que realizam na associação, foi apresentado pelos sujeitos como uma atividade que os transforma e mobiliza, uma vez que a SURICATO se constitui, para eles, como um espaço que lhes permite alcançar um reconhecimento social, consolidar sua identidade e desenvolver um sentimento de utilidade (CLOT, 2006).

Embora a grande maioria dos entrevistados não tenha vivido uma experiência manicomial, um deles relatou sua vivência na associação como essencialmente diferente daquela que teve no manicômio que, no entanto, se apresenta como um local de tratamento:

Eu não vejo o manicômio só como uma estrutura física. Ele está muito mais, nas atitudes das pessoas (...). A SURICATO, apesar de não ser um local de tratamento, de ser um local de trabalho, é aqui que a gente exercita esses vários papéis que a gente é obrigado a atuar, na sociedade em si. Eu acho que aqui a gente se atreve, se arrisca a tirar essa máscara e se apresentar do jeito que a gente é. (E3).

Já em outros momentos, fica evidente o papel fundamental que o trabalho e o ambiente da associação exercem na vida do associado, dando a ele o sentimento de utilidade e a sensação de acolhimento e respeito:

No geral, aqui é bacana, as pessoas são cordiais, não tem aquela diferença como nos trabalhos comuns, por exemplo. Eu nunca falei que eu tinha problema, que eu nem sabia que eu tinha, fui saber tem uns dois anos só. Quando eu queria tentar suicídio, aí eu comecei a fazer um tratamento. Eu descobri que eu tinha transtorno bipolar desde 99. Aqui, eu fui bem aceita, bem acolhida e me sinto em uma família hoje. Todo mundo trata a gente muito bem. Eles não olham para a gente assim: 'ah, aquela ali é bipolar, aquela ali é esquizofrênica'. Eles tratam a gente bem e é muito gostoso trabalhar aqui. Além do que, aqui eu conheço as pessoas e me sinto útil, sinto que precisam de mim para alguma coisa. Tem aquela coisa ali que é a mim que eles vão recorrer, e isso é muito bacana (E4).

Esta fala remete ao contexto de trabalho baseado na economia solidária proposto pela SURICATO, corroborando a descrição desse tipo de experiência feita por Souza (2006) como a promoção de indivíduos e das coletividades sociais, onde os valores centrais são o próprio trabalho, a criatividade e o saber, e não os resultados econômicos, havendo, desta maneira, uma produção de sentido por meio de trocas mútuas.

As falas dos associados expressam, de modo geral, que trabalhar no contexto da associação lhes proporciona uma sensação de liberdade ao permitir que desenvolvam suas potencialidades, se reconheçam naquilo que realizam e sejam reconhecidos como sujeitos. Através desse trabalho, eles conseguem aliviar o seu sofrimento, passando a se perceber como cidadãos úteis e capazes de contribuir com a sociedade à qual pertencem.

Sabe-se que o trabalho é tratado por algumas correntes do pensamento como possuindo um papel decisivo no desenvolvimento pessoal ao permitir que cada um dê a sua contribuição para a construção do mundo (MARX & ENGELS, 1998; ANTUNES, 2000). Ele é percebido ainda como um meio insubstituível de inserção social e de contato com a realidade, uma vez que é através dele que "(...) se desenrola para o sujeito a experiência dolorosa e decisiva do real, entendido como aquilo que – na organização do trabalho e na tarefa – resiste à sua capacidade, às suas competências, ao seu controle" (CLOT, 2006, p. 59). Portanto, a atividade laboral permite que cada um coloque à prova suas habilidades e as desenvolva, ao enfrentar (e superar) as dificuldades impostas pelo meio.

7.2 Percepção da SURICATO

Em vários momentos, os sujeitos se referiram à associação como um espaço de trabalho, democrático e solidário, no qual as particularidades de cada trabalhador são compreendidas e aceitas pelo coletivo:

Eu fui aceito aqui e isso já despertou um certo respeito com essa solidariedade que tem no grupo, de reconhecer que o outro não está bem, que precisa de um tempo para melhorar, para colocar as ideias no lugar. Se precisar de ajuda, tem sempre um ouvido,

tem sempre um ombro aqui que vai entender a sua diferença, porque no fundo, no fundo, é todo mundo igual. Todos passam pelas mesmas dificuldades (E3).

Esta fala sugere que a SURICATO promove um espaço coletivo no qual a afetividade e a solidariedade estão presentes, havendo uma articulação entre a materialidade do espaço institucional e a potencialidade dos recursos subjetivos (ROTELLI, LEONARDIS E MAURI, 2001).

De modo geral, os sujeitos percebem a associação como um local de resistência, de pertencimento, de luta, onde encontram a possibilidade de se reconhecerem e serem reconhecidos como indivíduos, como cidadãos, como parte da sociedade. Além disso, de acordo com os relatos abaixo, ela é apontada como um espaço de solidariedade e de respeito às diferenças, permitindo o crescimento pessoal:

Eu amadureci bastante aqui dentro. Eu cheguei de um jeito e hoje estou de outro, e já penso que tenho que mudar mesmo. Cheguei de um jeito meio besta, cheguei em crise, surtado, e isso não fazia diferença aqui. Eu fui aceito, assim mesmo. Estamos enfrentando um monte de desafios, mas que aos poucos estamos vencendo essas barreiras. Foi um ano difícil esse de 2017. Mas assim, no compromisso, de fazer desse lugar aqui um lugar de resistência, a gente acabou achando um lugar mesmo, para fugir da loucura que tem lá fora, que é uma loucura nociva. A nossa loucura não é tão nociva assim, ela é mais por parte do delírio, que quer fazer do sofrimento a alegria a qualquer custo. Que, às vezes, pode ser até um defeito, mas um defeito pequeno. (E3)

Eu percebo um afeto das pessoas, assim uma coisa diferente. Posso dizer, uma gratidão, as pessoas se sentindo mais úteis, mais capazes. A gente leva o trabalho em conjunto, um pelo outro. Se um estiver precisando de ajuda, eu posso muito bem largar o meu posto e ajudar. A associação é um lugar solidário, eu não posso negar atenção para as pessoas. Aí, eu paro o meu trabalho e atendo o cliente. (E2)

Já é conhecido que o sofrimento mental, dependendo da sua gravidade, pode interferir na capacidade de produção das pessoas e ser um complicador no convívio com os outros, porém isso não significa que as pessoas acometidas por ele se tornem incapazes de lidar com os conflitos, em especial, aqueles que ocorrem no seu contexto laboral. Assim, quando questionadas a respeito do seu ambiente de trabalho, embora reconheçam as dificuldades, a maioria ressalta a importância do bom relacionamento entre os colegas, da parceria e do espírito de coletividade, bem como do sentimento de pertencimento:

Eu me sinto muito bem aqui, me sinto muito alegre por estar dando um início para a associação. Não é só o espaço, mas sim toda a casa, os núcleos, as comissões. Embora o relacionamento com os colegas é um pouco alterado, sempre a gente dá uma volta, reflete, pensa, fala: 'isso não tá certo, isso tá errado'. A gente conversa. (E1)

Acredito que meus colegas me veem bem porque pelo tempo que eu estou aqui, e eu sou firme no meu trabalho, eu não falto nenhum dia. Eu estou aqui sempre, como uma pessoa presente e uma pessoa eficaz. Eu sinto que eles precisam de mim, da mesma forma que eu preciso deles, preciso desse espaço. Também sinto que sou útil, que sou uma peça essencial. (E2)

Essas falas evidenciam que a SURICATO proporciona um ambiente bastante diverso dos padrões das empresas tradicionais, no qual a liberdade de ser e de se colocar diante das situações é a premissa mais importante e fundamental entre os valores compartilhados. O respeito ao tempo de cada um, a compreensão sobre a condição física e mental dos colegas, o espírito de coletividade e solidariedade são aspectos que transformam o ambiente de trabalho da associação

em um lugar propício ao desenvolvimento e à reinserção desses sujeitos em um contexto social mais amplo.

Assim, quando indagados sobre o que a SURICATO representa para eles, os sujeitos, de forma unânime, reagiram positivamente. Alguns relataram que a associação foi, para eles, a salvação para enfrentar os problemas de saúde, uma forma de se sentirem vivos, oferecendo-lhes uma saída para suas dificuldades.

Na minha vida eu acho que a associação foi uma porta de saída para que as pessoas que achavam que eu não daria certo, que o meu problema de saúde iria me incapacitar... (E2)

A associação é uma chance de você se sentir vivo. No caso de pessoas assim como eu, que sempre se sentiu morta, você aqui se sente mais vivo, mais querido. As coisas que eu não tinha no meio familiar, aqui eu encontrei (E4).

Antes da associação, minha vida era um tormento. Eu ficava nas ruas, ficava perto das más companhias. Ela me tirou desse ambiente (E1).

Para a terapeuta ocupacional, a SURICATO representa a luta antimanicomial, a possibilidade de um projeto se colocar para a população de maneira singular e eficaz no sentido de demonstrar a capacidade do doente mental de participar efetivamente da sociedade e de, sobretudo, ter os seus direitos garantidos.

A SURICATO para mim, (...) é o mundo que se constrói, é um mundo que se faz, na contracorrente, que é muito difícil, e que está posto aí na sociedade. Para mim, é um pouco isso ou é uma cena, um microcosmo, que se dá, a partir disso, que é mais bonito nas pessoas assim. A espontaneidade e generosidade, o respeito... A gente vai fazendo a contramão assim, a garra da resistência (TO).

Portanto, a associação e o trabalho ali realizado possuem uma função essencialmente psicológica na vida dos indivíduos que dela participam, afetando positivamente sua subjetividade. Embora não haja a intenção de proporcionar um tratamento, trabalhar na SURICATO traz um sentido de utilidade para o associado, fazendo-o se sentir parte atuante da sociedade, o que nos permite concluir que esse espaço possui também um efeito terapêutico.

7.3 O Caráter Terapêutico do Trabalho na SURICATO

Pensar projetos que têm como objetivo a inserção laboral de usuários do serviço de saúde mental significa abandonar a perspectiva do trabalho apenas como possibilidade de renda e passar a concebê-lo como recurso de produção de vida (LUSSI; PEREIRA, 2011).

O trabalho é, simultaneamente, um fato subjetivo e um fato social, pois, além de dar a sua contribuição, o sujeito se constrói, sendo que, quanto mais organizada e diferenciada for essa coletividade na qual está inserido, mais complexo será seu mundo interior. Mas, para que exerça esse importante papel na vida e na própria constituição do sujeito, é necessário que as barreiras que o trabalho impõe sejam superadas por quem se propõe a realizá-lo (RIBEIRO; LIMA, 2008, p. 16).

Para a terapeuta ocupacional, embora a SURICATO não seja um espaço para tratamento de saúde, ela acaba se constituindo em um ambiente propício para que as pessoas possam, através do trabalho, elaborar melhor seu sofrimento:

Aqui não é um lugar para se esconder dos problemas, mas é um lugar para dar conta dos problemas, para executar uma atividade que vai aliviar um certo sofrimento. O trabalho é terapêutico? Com certeza que ele é para todo mundo, faz bem para todo mundo. Mas não é terapia que as pessoas vêm fazer aqui. Então, a grande maioria não percebe como lugar de tratamento, mas como lugar de trabalho. Mas o que é trabalho para cada um? Aí, é singular, é a representação que cada um tem na sua história, na sua cultura, naquilo que consegue, naquilo que se constrói e o que se destrói (TO).

Assim, apesar de não representar um contexto apropriado para se realizar uma psicoterapia, trabalhar na associação representa para seus associados uma maneira de estar no mundo, de se relacionar e se envolver com algo útil. É nessa direção que Clot (2006) propõe suas reflexões ao concluir que o trabalho é

“(…) um dos maiores gêneros da vida social em seu conjunto, um gênero de situação do qual uma sociedade dificilmente pode abstrair-se sem comprometer sua perenidade; e do qual um sujeito pode dificilmente afastar-se sem perder o sentimento de utilidade social a ele vinculado (…)” (CLOT, 2006, p. 69).

Nesse sentido, ao ser questionada sobre a receptividade do projeto por parte da sociedade em geral, a terapeuta ocupacional foi enfática ao afirmar sua surpresa com a reação das pessoas que percebem a iniciativa de forma muito mais positiva do que era esperado. Assinala também o poder de transformação que o projeto exerce também sobre aqueles que o conhecem:

Eu acho que a sociedade entendeu esse espaço mais que muita gente que deveria ter entendido. (...) Se você visitar a página da associação no *Facebook*, tem uma série de comentários, todos muito impressionantes, assim de sacar qual é. Então, quando a gente vê essa praça, ou muito cheia ou nem tanto, essa praça habitada e o olhar de quem só observa e não opina por enquanto, ou o olhar daquele que chegou sem saber o que era e, quando alguém toma o microfone, toma a palavra e apresenta o projeto da associação, as pessoas, os queixos delas caem, elas aplaudem, os olhos brilham. Quem chega aqui não sai do mesmo jeito, ninguém, nem nós mesmos. Não consegue sair do mesmo tamanho que entrou. Alguma coisa muda. Então, essa é a intenção, de abrir essa casa, de abrir uma porta para a cidade e que a cidade venha, perceba e desconstrua o preconceito (TO).

Os aspectos inovadores mais relevantes observados na SURICATO são aqueles relativos à forma pela qual os associados desenvolvem o trabalho, respeitando o ritmo de cada um, além de adotar um estilo de gestão que envolve todos os seus membros na condução dos processos e nas decisões. Existe também a possibilidade de circular entre os vários núcleos de trabalho, respeitando a vontade e o momento de cada um. Todos esses elementos apontam para uma experiência socialmente inovadora, pois, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados, fortalece o entendimento da sociedade acerca da capacidade de criar e produzir entre indivíduos portadores de sofrimento mental. Nesse sentido, ela inova também ao proporcionar uma nova maneira de lidar com a doença mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de uma pesquisa em uma associação de trabalho baseada na economia solidária, composta na sua totalidade por pessoas com sérios problemas mentais, resultou em um estudo singular por duas razões. A primeira delas concerne ao fato de encontrar nesse espaço pessoas capazes de romper com a lógica do mercado tradicional e, mesmo diante de todas as adversidades, sobretudo aquelas impostas pelo seu transtorno mental, laborar criativamente, entregando um excelente resultado, em nada diferente daquele que seria alcançado por trabalhadores sem as mesmas limitações. A segunda razão encontra-se na possibilidade de se

discutir o caráter socialmente inovador da experiência que vem sendo conduzida pela SURICATO.

Retomando as dimensões apontadas por Harrison, Klein e Browne (2010), tem-se que a associação estudada representa um esforço de resolução de um problema social latente, uma vez que responde à inclusão do chamado “louco” pela via do trabalho, criando a possibilidade de que este exerça um protagonismo até certo ponto inédito. Quanto à questão da governança do projeto, a associação vem demonstrando, ao longo dos seus quase 14 anos de existência, sua capacidade de resistência e de sustentação, consolidando-se como um projeto duradouro. No quesito transformação da democracia representativa e governança democrática das instituições, ela representa um empreendimento participativo e baseado na autogestão, havendo o respeito pelas limitações e peculiaridades de cada indivíduo que ali se encontra.

Assim, embora ainda mantenha certa dependência financeira com a Prefeitura de Belo Horizonte, os associados da SURICATO não perderam sua autonomia em relação à gestão do projeto, além de desenvolverem um trabalho com um grau de profissionalismo que se equipara àqueles realizado por qualquer outro indivíduo dito normal.

Os resultados evidenciam que a associação pesquisada oferece um ambiente propício à inserção desses sujeitos pela via do trabalho, permitindo por meio de um esforço coletivo a construção de um espaço no qual se respeita as diferenças individuais, além de permitir o alcance de uma cidadania que até então lhes foi negada. Em todos os contatos, os sujeitos expressaram, de várias maneiras, suas sensações, emoções e crenças acerca das possibilidades postas pela associação de se colocarem enquanto indivíduos ativos, capazes, produtivos, úteis e autônomos.

Finalmente, cabe ressaltar que o simples contato com esse tipo de experiência se revela subjetivamente transformador, pois é impossível não se modificar diante de um projeto que envolve indivíduos com sérias limitações, mas que continuam a lutar para se reafirmarem como sujeitos capazes de construir o mundo à sua volta e de conviver em uma coletividade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, v. 81, p. 121-141, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial: Campinas, SP, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BAS, E., GUILLO, M. (2015). Participatory foresight for social innovation. FLUX-3D method (Forward Looking User Experience), a tool for evaluating innovations. *Technological Forecasting and Social Change*, 101, 275–290.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo/RS, jan.-abr., 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Saúde Mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho**. 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/polit_mental_econ_soli.pdf>. Acesso em 05 ago. 2017.

BUCKLAND, Heloíse; MURILLO, David. **Antena de innovación social: vías hacia el cambio sistémico; ejemplos y variables para la innovación social**. Barcelona: ESADE Instituto de Innovación, 2013.

BUSSINGUER, Elda Coelho; ARANTES, Maristela Lugon. O estigma da loucura como fator usurpador da dignidade humana: uma análise na perspectiva do direito à saúde. **Interfaces Científicas – Direito**, Aracaju, v. 4, n. 2, p. 9-20, 2016.

CAJAIBA-SANTANA, G. (2013). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, Elsevier, 42-51.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega; OLIVEIRA, Verônica Macário de; GOMEZ, Carla Regina Pasa. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 102-133, Dez. 2016.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Políticas públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações estado-sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos**. 2008. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivos/seges/eppgg/producao_academica/artigo_gabrielacunha_seminario.pdf>. Acesso em 10 set. 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira; SOUZA, Ângela Maria Alves e; BRAGA, Violante Augusta Batista Braga. Reforma Psiquiátrica Brasileira: muito a refletir. **Acta Paul Enferm.** v. 19, n. 2, p. 207-11, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

HARRISON, Denis; KLEIN, Juan-Luis; BROWNE, Paul Leduc. **Social innovation, social enterprise and services**. In: GALLOUJ, Faiz; DJELLAL, Faridah. *The Handbook of Innovation and Services*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, p. 197-218, 2010.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Os equívocos da excelência: as novas formas de sedução na empresa**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira; PEREIRA, Maria Alice Ornellas. Empresa social e empresa solidária: Perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista Esc Enfermagem**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 515-521, abr., 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAUER, A. M., SILVA, T. N. (2015). Como as inovações sociais criam e sustentam suas práticas? Integrando empreendimentos de Inovação Social e Teoria de Práticas. In XXIX Encontro da ANPAD – EnANPAD, Belo Horizonte, 1–16.

MELO, Anastácia Mariana da Costa. Apontamentos sobre a reforma psiquiátrica no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Florianópolis, v. 8, n. 9, p. 84-95, 2012.

OLIVEIRA, A. R.; LIMA, M. E. A. **ASMARE**: uma experiência de inovação social? Anais... do simpósio de Socialização da Produção Acadêmica (SSPA) e do I Colóquio em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (I Colmeia). (p. 37-44). Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2016.

OTONI, Cristiane; ZACHEÉ, Karen; SOARES, Marta. A política de inserção produtiva: afirmação de um projeto. In: NILO, Kelly; et. al. (Orgs.). **Política de Saúde Mental em Belo Horizonte**: o cotidiano de uma utopia. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008.

PHILLS, James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. **Rediscovering social innovation**. Stanford Social Innovation Review, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S.; COSTA, N. (Orgs.). **Cidadania e Loucura**: Políticas de Saúde Mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2007.

RIBEIRO, Rafaela Portes Diniz; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **O trabalho do deficiente como fator de desenvolvimento**. UFMG Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ROLLIN, Joanie; VINCENT, Valérie. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Québec: Université du Québec, 2007.

ROTELLI, Franco; LEONARDIS, Ota; MAURI, Diana. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; BORINELLI, Benilson. Economia solidária e estratégica: entre princípios e pragmatismo. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 261-278, out./dez./2013.

SILVA, E. P.; OLIVEIRA, T.M.; BERTANI, I. F. **Saúde mental e Economia Solidária**: uma relação em construção. 2007. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Diversidad e/DI-02.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2017.

SILVA, Sívio Bitencourt; BIGNETTI, Luiz Paulo. A inovação social e a dinâmica de inovação aberta na rede brasileira de *Living Labs*. **XXXVI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, set. 2012.

SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de; FILHO, José Carlos Lázaro da Silva. Dimensões da inovação social e promoção do desenvolvimento econômico local no seminário cearense. In: **Anais...** XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Jackeline da Silva; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Resistindo à reforma psiquiátrica brasileira: um estudo de caso de uma clínica psiquiátrica privada /ES. **Revista Texto & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 199-220, jul./dez., 2008.

SOUZA, P. C. Z. de. Trabalho e transtornos mentais graves: Breve histórico e questões contemporâneas. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 1, 154-167, 2006.

STAKE, Robert E.. Pesquisas qualitativas: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.